

Na Universidade Moderna, onde lecciona as cadeiras de Direito Processual Civil I e II;

Formador da Direcção-Geral das Alfândegas, nas áreas de garantias do contribuinte, Código do Procedimento Administrativo;

Advogado desde 1994;

Vogal do conselho directivo do IGAPHA, no ano de 1997;

Gestor do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa desde 1997 até Março de 2002;

Vereador na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo desde 2001;

Chefe da Divisão de Contencioso da Direcção Regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro de Lisboa, em Agosto de 2004;

Vogal do conselho directivo do IGFPJ desde 23 de Maio de 2005.

Obras publicadas:

*Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil*, edição da AAFDL; *Os Despachantes Oficiais*, Rei dos Livros; *Mercado Interno e a Circulação de Mercadorias na Comunidade*, edição Veja.

#### Curriculum vitae

Nome — João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.

Habilitações — licenciatura em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa 1982.

Experiência profissional:

2006-2007 — IGFPJ — Instituto Gestão Financeira e Património da Justiça — vogal do conselho directivo;

2001-2006 — Metropolitano/Ferconsult Empresa de Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S. A. — chefe de fiscalização das empreitadas de «Construção da estação do Sr. Roubado» e do «Interface do Cais do Sodré»;

1999-2001 — Secretaria de Estado dos Transportes — assessor do Secretário de Estado dos Transportes no apoio técnico no âmbito das respectivas funções;

1995-1999 — Metropolitano/Ferconsult Empresa de Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes — integrado na equipa de fiscalização das empreitadas da construção do PMOIII do metropolitano; da empreitada de execução do túnel da linha da Expo; da empreitada Alameda/Vale de Chelas, da equipa de preparação da empreitada de lançamento da remodelação da estação de São Sebastião; da equipa de acompanhamento do estudo preliminar da rede de metro ligeiro na área metropolitana de Coimbra; da equipa de fiscalização das empreitadas de refresco das estações do Intendente, dos Anjos e de Arroios; da equipa de fiscalização da empreitada de acabamentos da estação do Rato;

1994-1995 — Junta Autónoma de Estradas — funções de fiscalização de várias obras de conservação e construção da rede rodoviária do distrito de Lisboa;

1991-1994 — Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Infra-estruturas Viárias — chefe de fiscalização das empreitadas de «Construção das passagens inferiores da Avenida do Brasil — Campo Grande», de «Reconstrução da Travessa Henriques Cardoso/Infante D. Pedro»;

1990-1994 — Junta Autónoma de Estradas — funções na Direcção de Empreendimentos Concessionados;

1984-1987 — Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes e Comunicações, no desempenho de funções técnicas do âmbito deste Gabinete;

1981-... — Organização de consultores em estudos de tráfego ligados ao planeamento portuário, estudos de tráfego ligados ao planeamento portuário.

#### Despacho n.º 11 529/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, consuma-se a reestruturação do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. (ITIJ, I. P.), enquanto organismo que, no âmbito do Ministério da Justiça, assegura a eficiência da utilização das tecnologias de informação.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente do ITIJ, I. P., mediante a designação dos membros do respectivo conselho directivo.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, nos artigos 19.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, são nomeados para o conselho directivo do ITIJ, I. P., as seguintes individualidades:

Presidente — Licenciado Mário Francisco Valente Baltazar Valente.

Vogais:

Licenciado Hugo Miguel Hilário da Rocha e Taxa.

Licenciado Rui Fernando Nunes Simões.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício dos cargos, como atestam os currículos dos membros ora nomeados, objecto de publicação em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

#### Curriculum vitae

Mário Francisco Valente Baltazar Valente, nascido em 5 de Abril de 1968.

Habilitações literárias:

MBA em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa; Licenciatura em Informática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Curso complementar do liceu na área de Electrónica.

Experiência profissional:

Desde Junho de 2005 — presidente do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ);

De Junho de 2004 a Junho 2005 — director de sistemas de informação na empresa de logística PERSONALIS;

Desde Fevereiro de 2003 — professor assistente da cadeira de Gestão de Informação na Universidade Católica Portuguesa;

De Fevereiro de 1999 a Fevereiro de 2003 — fundador e director técnico da Ruído Visual, Telecomunicações Interactivas, L.da, empresa de serviços *web* com 14 pessoas. Participou na criação de portais nacionais (Netc, OniNet);

De Fevereiro de 1998 a Junho de 1998 — *Internet manager* na HLC Telecomunicações & Multimédia, ISP, e operador de telecomunicações;

De Fevereiro de 1995 a Dezembro de 1997 — ajudou a tornar a Esotérica um dos ISP mais relevantes e inovadores em Portugal. Trouxe para Portugal e organizou o Internet World Portugal 97;

De Junho de 1994 a Janeiro de 1995 — criou e fundou a Esotérica;

De Dezembro de 1993 a Maio de 1994 — bolseiro investigador no LNEC. Criou o servidor *web* do LNEC, o primeiro servidor português;

De 1989 a 1994 — formador na ICL, INESC, FUNDETEC, Rumos, S. A., Instituto de Informática, CEGOC e outros (Ingres, Oracle, programação C, Unix, Internet).

#### Curriculum vitae

Hugo Miguel Hilário da Rocha e Taxa.

Data de nascimento — 19 de Setembro de 1975.

Nacionalidade — portuguesa.

Experiência profissional:

Desde Junho de 2005 — vogal do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ);

De Janeiro de 2000 a Junho de 2005 — PT Comunicações, Direcção de Serviços de Engenharia e Operação de Redes — Projecto de Redes de Nova Geração;

Consultor (desenho de soluções de telecomunicações para clientes internos e externos; apoio à pré-venda);

*Senior network engineer* (coordenador do *backbone* Internet; projecto, gestão e operação do *backbone* Internet);

De Junho de 1998 a Dezembro 1999 — TELEPAC, Serviços de Telecomunicações, S. A., Direcção de Operações — Engenharia de Suporte de Análise e Qualidade;

*Junior network engineer* (gestão e operação do *backbone* Internet; projecto, gestão e operação de serviços empresariais de dados);

De Setembro de 1997 a Maio de 1998 — Sonae Redes de Dados, Departamento de Microinformática;

Técnico de microinformática, suporte técnico nas seguintes empresas: (SONAE, SGPS; Sonae Distribuição; Banco Universo).

Formação académica:

2005 — MBA com especialização em Finanças na Universidade Católica Portuguesa;

De 2002 a 2004 — MBA com especialização em Gestão Geral na Universidade Católica Portuguesa;

De 1992 a 1997 — licenciatura em Engenharia Electrónica Industrial na Universidade do Minho.

Outra formação:

Janeiro de 2007 — certificação em Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação (ITIL Foundations);

Julho de 2004 — módulo «Business presentation skills», Hay Group;

Abril de 2002 — seminário organizado pela Telefónica, em parceria com a Euroteam, com o tema «Project management in an European environment — e-business», Madrid;

Junho de 2000 — curso de gestão de projectos, PT Inovação, Aveiro;

Junho de 1991 — Certificate of Proficiency in English, Cambridge University.

### Curriculum vitae

Rui Fernando Nunes Simões.

Local de nascimento — Lisboa.

Data de nascimento — 7 de Dezembro de 1974.

Percurso académico:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, em 1997, com média final de 15 valores;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 1997-1998;

Frequência dos módulos de Direito Bancário e Recuperação das Empresas e Falência, da pós-graduação em Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

Curso de estágio da Ordem dos Advogados concluído em Dezembro de 1999, com a classificação de *Bom*;

Exercício de advocacia na sociedade de advogados Ferreira Pinto & Associados, de Setembro de 1997 a Novembro de 2002, com especial incidência em matérias contratuais e de contencioso;

De Dezembro de 2002 a Junho de 2005, director-adjunto do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com referências especiais para a coordenação dos trabalhos preparatórios dos seguintes projectos legislativos: Código da Insolvência e Recuperação de Empresas; legislação complementar à reforma da acção executiva; regime de constituição imediata de sociedades comerciais — «empresa na hora»; regime regulamentar da legislação sobre documentos electrónicos e assinatura electrónica. Também no exercício destas funções foi responsável pela coordenação do projecto de Reformulação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça;

Desde Junho de 2005, vogal do conselho directivo do Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça.

Intervenções em conferências e outros eventos:

Orador nas conferências «Problema informático do ano 2000 — Riscos jurídicos», «Negociação de contrato de desenvolvimento de programa informático à medida», «Contratos de Outsourcing — Como redigi-los», organizadas pela IFE — International Faculty for Executives;

Comunicação no II Congresso Nacional da Administração Pública, organizado pelo INA, relativa ao «Projecto de reformulação do sistema de informação das estatísticas da justiça»;

Integração da delegação portuguesa que apresentou à Comissão de Direitos Humanos da ONU o IV Relatório Periódico sobre o Cumprimento do Pacto Internacional para os Direitos Civis e Políticos;

Comunicação no seminário «A justiça e cidadania na sociedade da informação», organizado pela Fundação Bissaya Barreto, sobre «O portal da justiça e o cidadão».

Outras aptidões:

First Certificate in English da Universidade de Cambridge, com nota A;

Curso para altos dirigentes do Ministério da Justiça, ministrado pelo INA;

Certificação em Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação (nível *foundation*).

### Despacho n.º 11 530/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ) no quadro da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, concretiza-se a extinção, dando origem à Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP) e do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação (GRIEC), processo de fusão este que se encontra associado a uma redução do número de cargos dirigentes.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente da DGPJ, processo que ora se inicia com a nomeação do dirigente máximo do serviço.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 9.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, é nomeada directora-geral da DGPJ, em comissão de serviço, a licenciada Rita Brasil de Brito, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidencia o respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

### Síntese curricular

I — Identificação pessoal:

Nome — Rita Brasil de Brito;  
Nacionalidade — portuguesa.

II — Habilitações literárias:

1995 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1998 — pós-graduação em Estudos Europeus (dominante Jurídica) ministrada pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

III — Conhecimentos linguísticos:

Inglês — Certificate of Proficiency in English da Universidade de Cambridge;

Francês — Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises Modernes de l'Alliance Française de Paris (tronc commun);

Alemão — Grundstufe 4 (G4) do Goethe Institut de Lisboa; Cantonense — frequência do curso de cantonense para juristas organizado pelos Serviços de Administração Pública do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

IV — Experiência profissional:

2005 (Novembro) até ao presente — directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. Vogal do Conselho Superior de Estatística. Presidente da Secção Permanente do Segredo Estatístico;

2005 (Maio a Setembro) — chefia funcional no Departamento de Produção Jurídica da Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2005 — nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

De 2002 (Novembro) a 2005 (Maio) — técnica superior assessora no Departamento de Produção Jurídica da Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2000 (Outubro) a 2002 (Outubro) — directora-adjunta do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça com funções de substituição do director nas suas ausências e impedimentos. Vogal suplente do Conselho Superior de Estatística. Presidente do júri do concurso internacional para a reformulação do sistema de informação das estatísticas da justiça;

2000 — nomeada, em 6 de Junho de 2000, em regime de substituição, chefe de divisão de Migrações da Direcção de Serviços de Migrações e Apoio Social, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros.